CLASSE ÚNICA DO QUEBRA DENTES FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA

CNPJ/MF nº 32.313.958/0001-29´

("Classe" e "Fundo", respectivamente)

ATA DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026

1. **DATA, HORA E LOCAL:** No dia 19 de maio de 2026, às 13h00, na sede da **ID SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS LTDA**., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.375.598/0001-10, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.726, 7º andar, Bairro Vila Nova Conceição, CEP 04.543-000, a qual é autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 22.987, de 24 de janeiro de 2025 ("Administradora"), realizada de forma exclusivamente online, por meio de videoconferência, dispensada por todos os presentes a gravação.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação, nos termos do item 5.3.2, Capítulo V, da parte geral do regulamento do Fundo ("Regulamento"), bem como do artigo 72, parágrafo 7º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 175 de 23 de dezembro de 2022 ("Resolução CVM 175/22"), em virtude do comparecimento dos cotistas titulares de 100% (cem por cento) das cotas do Fundo ("Cotistas"). Presentes também os responsáveis pela gestão do Fundo, a **ASAROCK ASSET MANAGEMENT LTDA.**, instituição inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.352.277/0001-00, com sede na Avenida Horácio Lafer, nº 160, conjunto 12, Bairro Itaim Bibi, CEP 04.538-080, a qual é autorizada pela CVM a exercer a atividade de gestão de carteira de valores mobiliários 20.523, de 19 de janeiro de 2023 ("Gestora").

3. **COMPOSIÇÃO DA MESA**: Presidente: Fernanda Henrique; Secretária: Beatriz Tiusso.

4. **ORDEM DO DIA:** deliberar acerca:

(i) da orientação para a Gestora aprovar as contas, demonstrações financerias e o parecer dos auditores independentes no âmbito da assembleia geral ordinária da sociedade investida GUASSUPI PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade e Estado de São Paulo na Rua Ferreira de Araújo, nº 186, conjunto 710, Pinheiros, CEP 05.428-000, inscrita no CNPJ sob o nº 33.572.572/0001-02 ("Investida"), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;

(ii) da orientação para a Gestora aprovar a reeleição dos atuais membros da diretoria da Investida, para exercício de novo mandato; e

(iii) da autorização à Administradora para que esta pratique todos os atos e assine todos os documentos necessários à implementação da matéria acima, observadas as disposições do Regulamento.

5. DELIBERAÇÃO: Analisada e discutida a matéria objeto da ordem do dia, os Cotistas, detentor da totalidade das cotas emitidas do Fundo, declaram, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue:

(i) aprovação da orientação para a Gestora aprovar as contas, demonstrações financerias, o parecer dos auditores independentes e destinação de resultados no âmbito da assembleia geral ordinária da Investida, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme anexo à esta ata ("Anexo I – Demonstrações Financeiras");

(ii) aprovação da oreintação para a Administradora reeleger os atuais membros da diretoria da Investida, com mandato até a assembleia geral ordinária da Investida a ser realizada em 2029; e

(iii) aprovação da autorização à Administradora para que esta pratique todos os atos e assine todos os documentos necessários à implementação da matéria acima, observadas as disposições do Regulamento.

5.1. Os Cotistas declaram que tiveram tempo e suporte suficientes para analisar os instrumentos relacionados na presente ata e que estão cientes de todos os seus termos, inclusive no que tange a eventuais deveres, direitos e riscos a que o Fundo e sua Classe estão sujeitos.

5.2. Por fim, os Cotistas presentes nesta assembleia declaram que a presente ata poderá ser assinada mediante plataforma de assinatura eletrônica, sem a necessidade de utilização de certificado emitido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, nos termos do artigo 10, §2º, da Medida Provisória nº 2.220-2/2001, reconhecendo a validade, para todos os fins, da assinatura eletrônica desta ata.

6. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Findos os trabalhos, a Presidente colocou a palavra para que fossem discutidos outros assuntos de interesse do Fundo e, como ninguém se manifestou e nada mais restando a tratar, declarou encerrada a Assembleia Especial, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

São Paulo, 19 de maio de 2026.

Electronically signed by:
Fernanda Henrique
CPF: ***.787.056-**
Date: 5/19/2026 3:06PM -03:00

Fernanda Henrique

Presidente

Electronically signed by:
Beatriz Tiusso
CPF: ***.765.818-**
Date: 5/19/2026 2:05PM -03:00

Beatriz Tiusso

Secretária

Electronically signed by:
JOSE ROBERTO GIANCOLI FILHO
CPF: ***.039.448-**
Date: 5/19/2026 2:10PM -03:00

ID SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS LTDA.

Administradora

Electronically signed by:
Jefferson Soares Barbosa Junior
CPF: ***.322.851-**
Date: 5/20/2026 10:37AM -03:00

ASAROCK ASSET MANAGEMENT LTDA.

Gestora

CLASSE ÚNICA QUEBRA DENTES FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - INFRAESTRUTURA

CNPJ/MF nº 32.313.958/0001-29

ATA DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026

Anexo I – Demonstrações Financeiras da Investida

CLASSE ÚNICA QUEBRA DENTES FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - INFRAESTRUTURA

CNPJ/MF nº 32.313.958/0001-29

ATA DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026

Anexo II – Lista de Presença

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Guassupi Participações S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Guassupi Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balanços patrimoniais 8
Demonstrações dos resultados 9
Demonstrações dos resultados abrangentes 10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 12
Demonstrações dos fluxos de caixa 13
Notas explicativas às demonstrações financeiras demonstrações financeiras individuais e consolidadas 14

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 – Centro
89010-204 - Blumenau – SC – Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Shape the future with confidence

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A
Diretoria e Conselho de Administração da
Guassupi Participações S.A.
São Paulo (SP)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Guassupi Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os

resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de venda de energia elétrica

As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da diretoria em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, mas cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o faturamento e reconhecimento da receita; ii) avaliação das políticas contábeis relacionadas ao processo de reconhecimento de receita iii) verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos, comparando as receitas reconhecidas com as informações de geração de energia e o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria, além da análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica; iv) realização de testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita; e v) avaliação das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela diretoria para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas

divulgações nas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recuperação do ativo imobilizado em fase inicial de operação

Conforme divulgado nas notas explicativas 1, a Companhia é controladora de quatro pequenas centrais hidroelétricas as quais encontram-se em fase inicial de operação, as quais tem realizado investimentos relevantes na construção de suas barragens e usinas. Como consequência, necessitam de aportes de seus acionistas e financiamentos de terceiros para a conclusão da construção das respectivas plantas e início de suas operações. A recuperação do investimento realizado pela Companhia no ativo imobilizado depende do sucesso na implementação do seu plano de negócios e os resultados de suas operações futuras. Por essas razões, consideramos a recuperação do ativo imobilizado, como um assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nós executamos procedimentos para avaliar e desafiar as premissas utilizadas pela diretoria na elaboração do seu plano de negócios. Dentre esses procedimentos, efetuamos: (i) avaliação da exatidão e integridade dos valores capitalizados bem como as informações utilizadas nas projeções; (ii) efetuamos leitura das atas de reunião da diretoria a fim de compreender a continuidade dos planos futuros e identificar potenciais informações contraditórias; (iii) verificamos a evolução física das obras, bem como das autorizações regulatórias obtidas da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL requeridas em certas etapas da obra, e; (iv) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 1, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Shape the future
with confidence

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Shape the future
with confidence

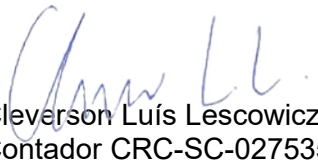
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam ascorrespondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SC-000048/F



Cleverson Luís Lescowicz
Contador CRC-SC-027535/O

Guassupi Participações S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2025**	31/12/2024	**31/12/2025**	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	**-**	4	**969**	250
Aplicações financeiras	**4**	**553**	1.211	**6.998**	7.072
Contas a receber	**5**	**-**	-	**7.991**	7.141
Tributos a recuperar		**-**	66	**109**	284
Outras contas a receber	**6**	**-**	-	**7.974**	5
Total do ativo circulante		**553**	1.281	**24.041**	14.752
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	**7**	**-**	-	**2.980**	3.732
Partes relacionadas	**8**	**491.850**	434.679	**-**	-
Investimentos	**9**	**25.004**	6.093	**-**	-
Imobilizado	**10**	**-**	-	**708.072**	735.265
Intangível		**-**	-	**1.222**	1.210
Total do ativo não circulante		**516.854**	440.772	**712.274**	740.207
Total do ativo		**517.407**	442.053	**736.315**	754.959

Guassupi Participações S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2025**	31/12/2024	**31/12/2025**	31/12/2024
Passivo circulante					
Debêntures	**11**	**-**	21.773	**35.733**	56.631
Fornecedores	**12**	**2**	1	**3.581**	7.523
Obrigações sociais e trabalhistas		**-**	-	**132**	183
Tributos a recolher		**8**	1	**1.027**	1.071
Tributos diferidos		**-**	-	**184**	156
Outros passivos		**-**	-	**213**	11.947
Total do passivo circulante		**10**	21.775	**40.870**	77.511
Passivo não circulante					
Debêntures	**11**	**-**	-	**274.023**	280.004
Partes relacionadas	**8**	**529.743**	445.317	**504.727**	426.775
Provisão para gastos ambientais	**13**	**-**	-	**1.791**	602
Contingências	**14**	**-**	-	**3.158**	1.862
Passivo a descoberto	**9**	**63.625**	-	**-**	-
Total do passivo não circulante		**593.368**	445.317	**783.699**	709.243
Patrimônio líquido	**15**				
Capital social		**76.188**	76.188	**76.188**	76.188
Prejuízos acumulados		**(101.227)**	(55.967)	**(101.227)**	(55.967)
Prejuízos do exercício		**(50.932)**	(45.260)	**(50.932)**	(45.260)
Patrimônio líquido		**(75.971)**	(25.039)	**(75.971)**	(25.039)
Participações dos acionistas não controladores		**-**	-	**(12.283)**	(6.756)
Total do patrimônio líquido		**(75.971)**	(25.039)	**(88.254)**	(31.795)
Total do passivo		**517.407**	442.053	**736.315**	754.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Guassupi Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2025**	31/12/2024	**31/12/2025**	31/12/2024
Receita operacional líquida	**16**	**-**	-	**67.078**	59.238
Custo do serviço prestado	**17**	**-**	-	**(35.554)**	(21.296)
Resultado bruto		**-**	-	**31.524**	37.942
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	**17**	**(83)**	(78)	**(62.467)**	(14.008)
Equivalência patrimonial	**9**	**(44.717)**	(40.143)	**-**	-
Outras receitas	**18**	**-**	-	**42.634**	-
		(44.800)	(40.221)	**(19.833)**	(14.008)
Resultado antes do resultado financeiro		**(44.800)**	(40.221)	**11.691**	23.934
Resultado financeiro	**19**				
Receitas financeiras		**33**	2	**1.013**	649
Despesas financeiras		**(6.157)**	(5.041)	**(66.804)**	(72.790)
		(6.124)	(5.039)	**(65.791)**	(72.141)
Resultado antes dos impostos		**(50.924)**	(45.260)	**(54.100)**	(48.207)
IRPJ/CSLL corrente	**20**	**(8)**	-	**(2.331)**	(1.984)
IRPJ/CSLL diferidos	**20**	**-**	-	**(28)**	(24)
Prejuízo do exercício		**(50.932)**	(45.260)	**(56.459)**	(50.215)
Resultado dos acionistas não controladores		**-**	-	**(5.527)**	(4.955)
Prejuízo do exercício		**(50.932)**	(45.260)	**(50.932)**	(45.260)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R$)				**(0,83)**	(0,74)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Guassupi Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	**31/12/2025**	31/12/2024
Prejuízo do exercício	**(50.932)**	(45.260)	**(50.932)**	(45.260)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	**(50.932)**	(45.260)	**(50.932)**	(45.260)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Guassupi Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total	Participação de Minoritários	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	76.188	(55.967)	20.221	(1.801)	18.420
Prejuízo do exercício	-	(45.260)	(45.260)	(4.955)	(50.215)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	76.188	(101.227)	(25.039)	(6.756)	(31.795)
Prejuízo do exercício	**-**	**(50.932)**	**(50.932)**	**(5.527)**	**(56.459)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**76.188**	**(152.159)**	**(75.971)**	**(12.283)**	**(88.254)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Guassupi Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**31/12/2025**	31/12/2024	**31/12/2025**	31/12/2024
Resultado antes dos impostos	**(50.924)**	(45.260)	**(54.100)**	(48.207)
Depreciações	**-**	-	**13.537**	12.268
Encargos incorridos sobre passivos financeiros	**2.265**	3.532	**20.607**	35.173
Resultado de equivalência	**44.717**	40.144	**-**	-
Provisão de contingências	**-**	-	**2.485**	949
Encargos incorridos sobre mútuos passivos	**33.795**	34.729	**33.795**	34.729
Encargos incorridos sobre mútuos ativos	**(29.945)**	(33.266)	**-**	-
Redução (aumento) em:				
Contas a receber de clientes	**-**	-	**(850)**	(891)
Impostos a recuperar	**66**	-	**175**	32
Partes relacionadas	**23.402**	24.913	**36.188**	47.009
Outros ativos	**-**	-	**752**	-
Aumento (redução) em:				
Fornecedores	**1**	(1)	**43.319**	4.132
Obrigações sociais e trabalhistas	**-**	-	**(51)**	44
Obrigações tributárias	**(1)**	-	**(2.375)**	(1.716)
Outros passivos	**-**	-	**-**	11.922
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**23.376**	24.791	**93.482**	95.444
Atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	**-**	-	**(33.605)**	(31.956)
Baixa de intangível	**-**	-	**(12)**	2
Aplicações financeiras	**658**	435	**74**	(3.045)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	**658**	435	**(33.543)**	(34.999)
Atividades de financiamentos				
Pagamentos de debêntures	**(24.038)**	(25.224)	**(59.220)**	(60.249)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(24.038)**	(25.224)	**(59.220)**	(60.249)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(4)**	2	**719**	196
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**4**	2	**250**	54
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**-**	4	**969**	250
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa	**(4)**	2	**719**	196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Guassupi Participações S.A. ("Guassupi" ou Companhia"), com sede em São Paulo na rua Ferreira de Araújo, nº 186, no bairro Pinheiros - Estado de São Paulo é uma sociedade por ações constituída em 09 de maio de 2019. A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada a holdings de instituições não-financeiras, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, com a participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A Companhia opera sob participações em companhias que exploram do potencial hidrelétrico dos rios Toropi e Guassupi, sub bacias 76, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, na região de Quevedos, Julio Castilho e São Martinho da Serra no estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia requer investimentos e apoio financeiro para a continuidade de investimento na infraestrutura operacional de suas investidas e na data de divulgação deste relatório, a diretoria administrativa confirma que os acionistas possuem capacidade e intenção suficientes para fornecer o suporte financeiro necessário para a referida Companhia continuar seus investimentos e para posterior operações como uma atividade contínua.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião de diretoria realizada em 31 de março de 2026.

1.1 Companhias controladas

Quevedos Energética S.A. ("Quevedos")

A Companhia opera sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Toropi, sub-bacia 76, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, localizada nos municípios de Quevedos e Júlio Castilho no estado do Rio Grande do Sul através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa n° 3.890, de 29 de janeiro de 2013 com vencimento original em 30 anos após a entrada em operação, que foi em junho de 2020, prorrogável por mais 30 anos.

A geradora terá potência instalada de 22.360 kW e potência líquida de 22.025 kW, da capacidade instalada a Companhia possui venda contratada de 9.000 kW do período de 2022 a 2051 através do leilão A-4 de 2019. No mês de junho de 2020 a Companhia iniciou suas operações e começou a gerar energia.

Salto do Guassupi Energética S.A. ("Salto")

A Companhia opera sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Guassupi, sub-bacia 76, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, localizada nos municípios de Júlio Castilho e São Matinho da Serra no estado do Rio Grande do Sul através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa n° 3.931, de 26 de fevereiro de 2013 com vencimento original em 30 anos após a emissão da resolução autorizativa, prorrogável por mais 30 anos.

1. Contexto operacional--Continuação

1.1 Companhias controladas--Continuação

Salto do Guassupi Energética S.A. ("Salto") --Continuação

A geradora terá potência instalada de 12.199 kW e potência líquida de 12.016 kW, da capacidade instalada a Companhia possui venda contratada de 5.000 kW do período de 2022 a 2051 através do leilão A-4 de 2019. No mês de dezembro de 2020 a Companhia iniciou suas operações e começou a gerar energia.

Rincão São Miguel Energética S.A. ("São Miguel")

A Companhia opera sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Toropi, sub-bacia 76, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, localizada nos municípios de Quevedos e São Matinho da Serra no estado do Rio Grande do Sul através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa n° 3.889, de 29 de janeiro de 2013 com vencimento original em 30 anos após a emissão da resolução autorizativa, prorrogável por mais 30 anos.

A geradora terá potência instalada de 9.750 kW e potência líquida de 9.603 kW, da capacidade instalada a Companhia possui venda contratada de 4.200 kW do período de 2024 a 2053 através do leilão A-3 de 2021, e iniciou suas operações no em dezembro de 2024.

Rincão dos Albinos Energética S.A. ("Albinos")

A Companhia opera sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Toropi, sub-bacia 76, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, localizada nos municípios de Quevedos e São Matinho da Serra no estado do Rio Grande do Sul através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa n° 3.888, de 29 de janeiro de 2013 com vencimento original em 30 anos após a emissão da resolução autorizativa, prorrogável por mais 30 anos.

A geradora terá potência instalada de 16.453 kW e potência líquida de 16.206 kW, da capacidade instalada a Companhia possui venda contratada de 7.200 kW do período de 2024 a 2053 através do leilão A-3 de 2021, e iniciou a operação em setembro de 2022.

1. Contexto operacional--Continuação

1.1 Companhias controladas--Continuação

Sinistros

O estado do Rio Grande do Sul teve um grande volume de chuva nos meses de abril e maio de 2024, causando enchentes, alagamentos e deslizamentos em diversas regiões do estado. Ocasionando danos em partes das estruturas da controladas. Os danos causados pelas enchentes, foi diferente para cada usina, sendo que a Quevedos retornou normalmente durante o exercício de 2024 e a Albinos e São Miguel retornaram no início do exercício de 2025.

A Salto já havia parado sua operação antes das enchentes para obras de recuperação do túnel. Durante o ano de 2025, quando estava finalizando os reparos dos danos da enchente 2024, ocorreu outro sinistro de deslizamentos, gerando danos em toda a estrutura e tem provisão de retorno das atividades no fim de abril de 2026.

Todas as usinas possuem seguro para infraestrutura e lucros cessantes. Ao acionar os seguros das usinas, já foram acordados os ressarcimentos de indenizações líquidos das franquias no montante de R$ 42.634 (vide nota explicativa 18), sendo que deste montante possuem a receber o montante de R$ 7.968 (vide nota explicativa 6). A Administração concluiu as vistorias com identificação dos bens a serem baixados nas usinas Quevedos e São Miguel, porém nas usinas Albinos e Salto não foi possível concluir, contudo a Administração efetuou uma provisão de baixas no montante de R$ 45.078 (vide notas explicativas 10 e 17)

Durante os períodos de sinistros, para atender e honrar com seus contratos de venda de energia, as usinas estavam fornecendo energia através de compra no MERCADO LIVRE e revendendo.

2. Políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas propriedades para investimento, instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo, e apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulante quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e o imposto de renda e contribuição social diferidos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outro modo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressos em milhares de reais e foram arredondados para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.1. Base para consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver o controle e finaliza quando a Companhia deixa de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. Os investimentos nas demonstrações financeiras da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Na consolidação todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa, relacionados com transações entre controladora e controladas, são totalmente eliminados na consolidação.

Entre os principais procedimentos e ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: (i) Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, segundo a natureza contábil, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros; e (ii) Investimento correspondente às participações no patrimônio líquido e no resultado do exercício da empresa controlada.

2.2. Investimentos em controladas

Controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas. O investimento da Companhia em suas controladas, é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. As participações societárias nas controladas são apresentadas na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

	31/12/2025	31/12/2024
Rincão São Miguel Energética S.A.	**89%**	89%
Rincão dos Albinos S.A.	**89%**	89%
Quevedos Energética S.A.	**89%**	89%
Salto do Guassupi Energética S.A.	**89%**	89%

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. Os ativos intangíveis são formados substancialmente por autorização de servidão.

2.6. Reconhecimento de receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, liquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) a satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.6. **Reconhecimento de receita**--Continuação

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(I) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes:

(a) *Suprimento de energia - ambiente regulado:* A comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado o limite de 80% da garantia física, que será iniciado a partir de janeiro de 2022; e

(b) *Suprimento de energia - ambiente livre:* A comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 20% da garantia física, a partir de janeiro de 2022. No exercício de 2020 toda energia gerada foi negociada em ambiente livre.

(II) Ajuste positivo CCEE: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber quando o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

2.7. Tributos

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) 0% a 30%.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.7. **Tributos**--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são computados tendo por base o regime do denominado “lucro presumido regime de competência”. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros --Continuação

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o negócio em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.9. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia e suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

2.10. Custo das debêntures

Custos de debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de debêntures compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos à debênture.

2.11. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.

Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.13. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.13. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

• A receita de aluguel dentro da demonstração do resultado.

• As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio.

• Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1).

• Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.13. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes**--Continuação

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.14. **Reforma tributária**

A Companhia avaliou os potenciais impactos da Reforma Tributária do Consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em e a partir de 31 de dezembro de 2025. Considerando o estágio atual de regulamentação e o cronograma de transição para a CBS, o IBS e o Imposto Seletivo, foram analisados os possíveis reflexos nas estimativas contábeis relevantes, incluindo testes de recuperabilidade de ativos, mensurações a valor justo, realização de créditos tributários, reconhecimento de tributos diferidos e avaliação da continuidade operacional. Até a presente data, com base nas informações disponíveis e nas premissas adotadas, não foram identificados impactos materiais que demandassem ajustes nas demonstrações financeiras, permanecendo a Administração atenta à evolução normativa e aos efeitos econômicos decorrentes da implementação do novo regime tributário.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de depósitos bancários em contas correntes e aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	**31/12/2025**	31/12/2024
Bancos	**-**	-	**969**	247
Aplicações financeiras	**553**	1.215	**6.998**	7.075
	553	1.215	**7.967**	7.322

Compreendem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras automáticas em renda fixa em CDBs remuneradas 100% das taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber

O saldo em 31 de dezembro de 2025 é substancialmente constituído pelos valores faturados no mês de dezembro, o qual será recebido em 1 parcela a partir do mês subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber	**7.991**	7.141
	7.991	7.141

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

6. Outras contas a receber

Os saldos representam substancialmente valores a serem recebidos de indenização de sinistros.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Indenizações de sinistros	**7.968**	-
Outras contas a receber	**6**	5
	7.974	5

7. Depósitos judiciais

As Controladas são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos por desapropriação, os saldos de depósitos judiciais são assim representados:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Desapropriações	**2.980**	3.732
	2.980	3.732

8. Partes relacionadas

Os saldos a pagar e a receber representam principalmente operações de empréstimos em forma de mútuo, originados pela necessidade de recurso para pagamento de despesas da Companhia pelas mutuantes. As partes definiram que a atualização monetária dos saldos será IPCA + 4% a.a., além do fato de não ter sido definido formalmente prazo para liquidação do débito. Os saldos estão assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	**31/12/2025**	31/12/2024
Ativo				
Não Circulante				
Rincão dos Albinos Energética S.A.	**172.954**	155.984	**-**	-
Rincão São Miguel S.A.	**208.374**	188.512	**-**	-
Quevedos Energética S.A.	**36.372**	33.485	**-**	-
Salto do Guassupi Energética S.A.	**74.150**	56.698	**-**	-
	491.850	434.679	**-**	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	**31/12/2025**	31/12/2024
Passivo				
Não Circulante				
Quevedos Energética S.A.	**25.016**	18.542	**-**	-
Luis Terepins	**53.211**	44.801	**53.211**	44.801
Luis Stuhlberger	**35.442**	30.082	**35.442**	30.082
Luciano Hang	**140.582**	115.599	**140.582**	115.599
Nelson Alvarenga Filho	**91.622**	77.663	**91.622**	77.663
Americo Fernando Rodrigues Breia	**117.700**	101.708	**117.700**	101.708
Leivi Abuleac	**66.170**	56.922	**66.170**	56.922
	529.743	445.317	**504.727**	426.775

9. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas estão representados pelos seguintes saldos em de 31 de dezembro de 2025:

Nome	País	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
Quevedos Energética S.A.	Brasil	161.154	136.140	25.014
Salto do Guassupi Energética S.A.	Brasil	124.387	133.025	(8.638)
Rincão dos Albinos Energética S.A.	Brasil	242.553	274.122	(31.569)
Rincão São Miguel Energética S.A.	Brasil	235.644	271.356	(35.712)
		763.738	817.866	(54.128)

Nome	Resultado do Exercício	% Partic.	Resultado Equivalência	Valor do Investimento
Quevedos Energética S.A.	4.680	89,00%	4.165	25.004
Salto do Guassupi Energética S.A.	(17.802)	89,00%	(15.844)	(5.102)
Rincão dos Albinos Energética S.A.	(16.390)	89,00%	(14.587)	(27.503)
Rincão São Miguel Energética S.A.	(20.732)	89,00%	(18.451)	(31.020)
Total dos Investimentos	**(50.244)**		**(44.717)**	**(38.621)**

Investimentos	**25.004**
Passivo a descoberto	**(63.625)**
Total investimentos	**(38.621)**

Os investimentos da Companhia em suas controladas estão representados pelos seguintes saldos em de 31 de dezembro de 2024:

Nome	País	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
Quevedos Energética S.A.	Brasil	156.146	135.812	20.334
Salto do Guassupi Energética S.A.	Brasil	129.190	120.026	9.164
Rincão dos Albinos Energética S.A.	Brasil	250.753	265.932	(15.179)
Rincão São Miguel Energética S.A.	Brasil	236.151	251.130	(14.979)
		772.240	772.900	(660)

Nome	Resultado do Exercício	% Partic.	Resultado Equivalência	Valor do Investimento
Quevedos Energética S.A.	(671)	89,00%	(597)	20.838
Salto do Guassupi Energética S.A.	(7.888)	89,00%	(7.020)	10.740
Rincão dos Albinos Energética S.A.	(16.556)	89,00%	(14.735)	(12.916)
Rincão São Miguel Energética S.A.	(19.982)	89,00%	(17.784)	(12.569)
Total dos Investimentos	**(45.097)**		**(40.136)**	**6.093**

10. Imobilizado

Refere-se ao ativo construído das usinas e redes de transmissão, reconhecidos pelo custo de construção e aquisição e depreciados em conformidade com a vida útil definida pela Resolução n° 674/2015 da ANEEL. Os detalhes do ativo imobilizado consolidado da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Taxa média anual de depreciação	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Custo de aquisição			
Terrenos		**25.964**	24.381
Máquinas e equipamentos		**169.372**	169.002
Veículos		**54**	54
Edificações		**496.441**	539.223
Móveis e utensílios		**135**	136
Imobilizado em curso		**58.349**	30.419
Adiantamentos a fornecedores		**8.843**	9.713
		759.158	772.928
Depreciação acumulada			
Veículos	20%	**(26)**	(13)
Edificações	2% a 4%	**(33.090)**	(23.417)
Máquinas e equipamentos	2,5 % a 16,66%	**(17.928)**	(14.198)
Móveis e utensílios	6,25%	**(42)**	(35)
		(51.086)	(37.663)
Total do imobilizado		**708.072**	735.265

Em 31 de dezembro de 2025 os ativos imobilizados, que compõe a unidade geradora de caixa, foram submetidos à análise de recuperabilidade e não foram identificadas informações que resultassem em reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

A análise foi realizada utilizando a metodologia do valor presente dos fluxos de caixa livres futuros, de forma a estimar o potencial do investimento frente ao seu valor atual. Como premissas, foram consideradas as melhores projeções de longo prazo, aliadas a parâmetros macroeconômicos divulgados no mercado.

10. Imobilizado--Continuação

Movimentações no ativo imobilizado consolidado em dezembro de 2025

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Baixas*	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Custo de aquisição						
Terrenos	24.381	**1.583**	**-**	**-**	**-**	**25.964**
Máquinas e equipamentos	169.002	**444**	**-**	**(304)**	**230**	**169.372**
Edificações	539.223	**394**	**-**	**(44.728)**	**1.552**	**496.441**
Móveis e utensílios	136	**-**	**-**	**(1)**	**-**	**135**
Imobilizado em curso	30.419	**30.011**	**-**	**(279)**	**(1.802)**	**58.349**
Adiantamentos a fornecedores	9.713	**1.173**	**-**	**(2.063)**	**20**	**8.843**
	772.928	**33.605**		**(47.375)**	**-**	**759.158**
Depreciação acumulada						
Móveis e utensílios	(13)	**-**	**(13)**	**-**	**-**	**(26)**
Edificações	(23.417)	**-**	**(9.713)**	**40**	**-**	**(33.090)**
Máquinas e equipamentos	(14.198)	**-**	**(3.803)**	**73**	**-**	**(17.928)**
	(37.663)	**-**	**(13.537)**	**114**	**-**	**(51.086)**
Total do imobilizado	735.265	**33.605**	**(13.537)**	**(47.261)**	**-**	**708.072**

* Do montante total R$ 47.375 registrado em baixas, o montante no valor de R$ 45.078, refere-se à constituição de provisão relacionada a sinistros, não caracterizando saída física de ativo, restando apenas o montante de R$ 2.297 como baixa efetiva de itens identificados do imobilizado, vide notas explicativas 1.1 e 17.

10. Imobilizado--Continuação

Movimentações no ativo imobilizado consolidado em dezembro de 2024

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Custo de aquisição						
Terrenos	24.657	-	-	-	(276)	24.381
Máquinas e equipamentos	143.880	143	-	(36)	25.015	169.002
Edificações	308.872	581	-	-	229.771	539.224
Veículos	54	-	-	-	-	54
Móveis e utensílios	22	4	-	-	110	136
Imobilizado em curso	253.295	31.783	-	(39)	(254.620)	30.419
Adiantamentos a fornecedores	9.227	1.191	-	(705)	-	9.713
	740.007	33.702	-	(780)	-	772.929
Depreciação acumulada						
Móveis e utensílios	(6)	-	(8)	-	-	(14)
Edificações	(14.794)	-	(8.623)	-	-	(23.417)
Máquinas e equipamentos	(10.568)	-	(3.629)	-	-	(14.197)
Veículos	(27)	-	(8)	-	-	(35)
	(25.395)	-	(12.268)	-	-	(37.663)
Total do imobilizado	714.612	33.702	(12.268)	(780)	-	735.266

11. Debêntures

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes emissões vigentes em 31 de dezembro de 2025:

Companhia	Banco	Data de Emissão	Data de Vencimento	Data do 1º Pagamento	Remuneração	Valor	Agente Fiduciário
Quevedos Energética S.A.	Itaú Unibanco S.A.	15/12/2019	15/12/2037	15/06/2021	IPCA + 4,525 a.a.	**90.000**	Pentágono S.A.
Salto do Guassupi Energética S.A.	Itaú Unibanco S.A.	15/12/2019	15/12/2037	15/06/2021	IPCA + 4,525 a.a.	**50.000**	Pentágono S.A.
Rincão dos Albinos Energética S.A.	Itaú Unibanco S.A.	15/12/2019	15/06/2037	15/06/2022	IPCA + 5,0128% a.a.	**78.000**	Pentágono S.A.
Rincão São Miguel S.A.	Itaú Unibanco S.A.	15/12/2019	15/06/2037	15/06/2022	IPCA + 5,0128% a.a.	**48.000**	Pentágono S.A.
Total captado						**266.000**	

As debêntures captadas são para construção das PCHs (controladoras). As debêntures possuem o seguinte saldo na data dos balanços:

		Controladora		Consolidado	
	Encargos	**31/12/2025**	31/12/2024	**31/12/2025**	31/12/2024
Debêntures					
Itaú S.A.	IPCA + 4,525 a.a. à 5,0128% a.a.	**-**	21.773	**309.756**	336.635
		-	21.773	**309.756**	336.635
Circulante		**-**	21.773	**35.733**	56.631
Não circulante		**-**	-	**274.023**	280.004

11. **Debêntures**--Continuação

Mapa de movimentação de debêntures

A seguir demonstramos a movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	43.465	359.965
Juros, atualização e custos de captação	3.532	35.173
Juros imobilizado	-	1.746
Pagamentos	(25.224)	(60.249)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.773	336.635
Juros, atualização e custos de captação	**2.265**	**32.341**
Pagamentos	**(24.038)**	**(59.220)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**-**	**309.756**

Cronograma de amortização da dívida - não circulante

	Consolidado
Ano	**31/12/2025**
2027	**37.984**
2028	**39.677**
A partir de 2029	**196.362**
	274.023

Obrigações da Companhia (“covenants”)

A Companhia e suas controladas obrigassem-se a observar determinadas cláusulas de restrição “covenants” constantes dos contratos de emissão de debêntures, medidas com base nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais ou trimestrais da Companhia e suas controladas contados a partir de 12 meses após início das operações, conforme descrito a seguir:

- Índice de Cobertura do Serviço de Dívida superior ou equivalente a 1,20x - sendo que o índice é a razão da “Geração de Caixa da Atividade no PRef” dividido pelo “Serviço da Dívida no PRef”.
- A razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA não poderá ser superior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos);
- A razão entre o EBITDA e as despesa financeiras líquidas não poderá ser inferior a 3,0 (três inteiros); e
- O índice de liquidez não poderá ser inferior a 1,13 (um interno e treze centésimos).

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e suas controladas cumpriram todas as obrigações (“covenants”) relacionados aos contratos de debêntures.

12. Fornecedores

Os saldos com fornecedores na data dos balanços são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	**31/12/2025**	31/12/2024
Fornecedores	**2**	1	**3.581**	7.523
	2	1	**3.581**	7.523

13. Provisão para gastos ambientais

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para gastos ambientais	**1.791**	602
	1.791	602

A Companhia e suas controladas realiza investimentos em programas socioambientais, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da PCH e realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 31 de dezembro de 2025. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado em curso, na época.

14. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia está envolvida em determinadas questões judiciais. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para aqueles casos em que as probabilidades de perda são consideradas “prováveis”, e considera que tais valores são suficientes para cobrir tais perdas. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e suas controladas, juntamente com seus assessores jurídicos classificaram R$ 19.516 como possível (R$ 2.730 em 31 de dezembro de 2024). Abaixo quadro com o valor provável.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para contingências	**3.158**	1.862
	3.158	1.862

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 76.188 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 76.188 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por um total de 61.958.386 de ações (61.958.386 de ações em 31 de dezembro de 2023).

b) Resultado acumulados

O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação; i) 5% (cinco por cento), até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, serão destinados a reserva estatutária, sem prejuízo da utilização de outras reservas; ii) serão distribuído aos acionistas dividendo obrigatório, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) desses lucros, nos termos do estatuto da Companhia, norteado pelos artigos 201 a 203 da Lei n° 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Durante o exercício de 2023 a Companhia não obteve lucros.

c) Reserva legal

Constituída nos termos da Lei nº 6.404/76, que prevê a constituição de reserva legal no montante de 5% do lucro líquido limitado a 20% do capital social da Companhia. Durante o exercício de 2025 a Companhia não obteve lucros.

16. Receitas operacionais

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta		
Venda de energia	**69.619**	61.838
	69.619	61.838
Deduções da receita		
ICMS sobre vendas	**4**	(3)
PIS e COFINS sobre vendas	**(2.545)**	(2.244)
Devoluções	**-**	(353)
	(2.541)	(2.600)
Receita operacional líquida	**67.078**	59.238

17. Gastos por natureza

A seguir demonstramos a gastos por natureza nas datas dos balanços:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	**31/12/2025**	31/12/2024
Gastos por função				
Custo do serviço prestado	**-**	-	**(35.554)**	(21.296)
Despesas administrativas e gerais	**(83)**	(78)	**(62.467)**	(14.008)
	(83)	(78)	**(98.021)**	(35.304)
Gastos por natureza				
Custo aquisição de energia	**-**	-	**(15.058)**	(4.577)
Encargos de uso e conexão	**-**	-	**(5.707)**	(2.894)
Serviços de terceiros	**-**	-	**(7.092)**	(4.854)
Depreciação	**-**	-	**(13.537)**	(12.268)
Despesas com pessoal	**-**	-	**(1.234)**	(1.653)
Honorários contábeis	**(23)**	(19)	**(194)**	(195)
Assessoria jurídica	**(58)**	(46)	**(855)**	(667)
Viagens e estadias	**-**	-	**(208)**	(312)
Internet e telefone	**-**	-	**(213)**	(209)
Taxas e cartórios	**-**	-	**(826)**	(334)
Provisão para perdas de imobilizado (a)	**-**	-	**(45.078)**	(64)
Provisão para contingências e gastos ambientais	**-**	-	**(2.511)**	(948)
Seguros	**-**	-	**(4.948)**	(5.747)
Outras despesas	**(2)**	(13)	**(560)**	(582)
	(83)	(78)	**(98.021)**	(35.304)

(a) Vide nota explicativa 10.

18. Outras receitas

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Indenização de sinistros	**42.634**	-
	42.634	-

Conforme explicado na nota explicativa 1 e 10, algumas usinas passaram por sinistros, reconhecemos as indenizações de sinistros de acordo com os montantes já acordados com as seguradoras, sendo que o saldo a receber representa o montante de R$ 7.968 (vide nota explicativa 6)

19. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	**31/12/2025**	31/12/2024
Receitas financeiras				
Receitas aplicações financeiras	**33**	2	**1.004**	613
Descontos obtidos	**-**	-	**9**	36
Juros mútuos partes relacionadas ativa	**29.945**	33.266	**-**	-
	29.978	33.268	**1.013**	649
Despesas financeiras				
Juros e custo de debêntures	**(2.265)**	(3.532)	**(32.341)**	(35.173)
Outras despesas financeiras	**(42)**	(46)	**(668)**	(2.888)
Juros mútuos partes relacionadas passiva	**(33.795)**	(34.729)	**(33.795)**	(34.729)
	(36.102)	(38.307)	**(66.804)**	(72.790)
Resultado financeiro	**(6.124)**	(5.039)	**(65.791)**	(72.141)

20. Reconciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	**31/12/2025**	31/12/2024
Venda de energia	**-**	-	**69.619**	61.838
	-	-	**69.619**	61.838
Presunção IRPJ a 8%	**-**	-	**5.570**	4.947
Presunção CSLL a 12%	**-**	-	**8.354**	7.421
Outras receitas				
Receitas aplicações financeiras	**33**	2	**(1.004)**	(613)
	33	2	**(1.004)**	(613)
Impostos correntes				
Imposto de renda (15% a 25%)	**(5)**	-	**(1.506)**	(1.274)
Contribuição social (9%)	**(3)**	-	**(825)**	(710)
	(8)	-	**(2.331)**	(1.984)
Impostos diferidos				
Imposto de renda (25%)	**-**	-	**(19)**	(16)
Contribuição social (9%)	**-**	-	**(9)**	(8)
	-	-	**(28)**	(24)

21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, que não sejam derivativos, referem-se a debêntures, imóveis a pagar e partes relacionadas. O principal propósito destes passivos financeiros é financiar as operações da Companhia e suas controladas. Os principais ativos financeiros da Companhia e suas controladas incluem contas a receber de partes relacionadas, caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de suas operações.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2025 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro são:

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2025	31/12/2024	**31/12/2025**	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	**-**	4	**969**	250
Aplicações financeiras	**553**	1.211	**6.998**	7.072
Contas a receber	**-**	-	**7.991**	7.141
Partes relacionadas - ativa	**491.850**	434.679	**-**	-
Fornecedores	**2**	1	**3.581**	7.523
Partes relacionadas - passiva	**529.743**	445.317	**504.727**	426.775
Debêntures	**-**	21.773	**309.756**	336.635

A Companhia e suas controladas estão expostas a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A alta administração da Companhia e de suas controladas supervisiona a gestão destes riscos. A alta administração da Companhia e de suas controladas contam com o suporte de um comitê de riscos financeiros que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia e suas controladas.

O comitê de riscos financeiros fornece garantia à alta administração da Companhia e de suas controladas de que as atividades da Companhia e de suas controladas em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e de suas controladas e disposição para risco da Companhia e de suas controladas. Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas. É política da Companhia e de suas controladas não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um destes riscos, os quais são resumidos a seguir.

21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

(a) Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia e suas controladas estão expostos ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas monitoram os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(b) Risco de liquidez: A Companhia e suas controladas acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. Apresentamos o perfil do vencimento do passivo financeiro com instituições financeiras da Companhia e suas controladas, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

(c) Risco de descontratação: A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo.

(d) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a debêntures obtidas junto a instituições financeiras ou empréstimos com partes relacionadas. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

(e) Risco de regulação: As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(f) Gerenciamento de capital: A Administração da Companhia e suas controladas gerenciam seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação na construção das usinas, além de prover retorno aos acionistas. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes.

21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

A dívida líquida da Companhia e suas controladas em relação ao capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	**31/12/2025**	31/12/2024
Debêntures	**-**	21.773	**309.756**	336.635
Partes relacionadas - passiva	**529.743**	445.317	**504.727**	426.775
Menos: Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras	**553**	1.215	**7.967**	7.322
Dívida líquida	**529.190**	465.875	**806.516**	756.088
Total do patrimônio líquido	**(75.971)**	(25.039)	**(88.254)**	(31.795)
Dívida líquida e patrimônio líquido	**453.219**	440.836	**718.262**	724.293
Quociente de alavancagem	**117%**	106%	**112%**	104%

Não houve alterações na abordagem da Companhia e suas controladas à administração de capital durante o período. A Companhia e suas controladas, não está sujeita às exigências externas impostas de capital.

(g) Risco Operacional: O Objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

(h) Risco hidrológico: O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega de energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiras futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de retração hidrelétrica da Companhia está inserida no MRE que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-se entre todas as usinas vinculadas ao MRE.

22. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

23. Transações que não afetaram o caixa

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou certas transações que impactaram os saldos patrimoniais sem ter impacto no caixa. As transações estão abaixo resumidas:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Juros de debêntures capitalizados ao imobilizado	**-**	1.746
Devoluções à fornecedores	**(20)**	-
Provisão para gastos ambientais	**1.791**	602
Provisão para contingências	**3.158**	1.862